

A Sociologia Eleitoral no Brasil*

Uma investigação das últimas seis décadas pela Revista Brasileira de Estudos Políticos

Frederico de Moraes Andrade Coutinho**

SUMÁRIO: 1. Considerações Iniciais - 1.1 Orlando M. Carvalho - 1.2 Revista Brasileira de Estudos Políticos - 1.3 Definições - 2. Evolução Histórica - 2.1 Período de 1946 a 1964 2.2 Período de 1964 a 1985 - 2.3 Período de 1985 aos dias atuais - 3. Considerações Finais 4. Referências Bibliográficas

RESUMO: A relevância do tema do livre-arbítrio se faz presente em seu aspecto jus-filosófico na medida em que é sobre a pressuposição de um postulado máximo da liberdade que se torna possível ao ordenamento jurídico estruturar-se como um conjunto de normas deontológicas. O presente artigo visa discutir através das perspectivas de Welzel, Kant, Freud e, sobretudo, de Nietzsche, qual a plausibilidade filosófica de conceitos como “responsabilidade” e “culpa” através de uma discussão sobre as possibilidades de compreensão do chamado livre-arbítrio.

ABSTRACT: The following article studies a field of Political Science, the Electoral Sociology. The preponderant elements of research were the studies developed and published in the “Revista Brasileira de Estudos Políticos”. This study investigates three periods of our more recent history (the democratic experience of 1946 to 1964, the dictatorship period of 1964 to 1985, and the new Brazilian Republic of 1985 to the current days), making possible the perception of convergence and rupture moments, inside and between the analyzed periods.

1. Considerações iniciais

1.1 Orlando M. Carvalho

Ao estudar a Sociologia Eleitoral no Brasil, nos deparamos sempre com um grande nome, Orlando Magalhães Carvalho. Este professor se empenhou como nenhum outro já o fez para compreender e formular estudos acerca da política nacional. Fundador da Revista Brasileira de Estudos Políticos e Diretor da mesma até o ano de sua morte, em 1998, sempre teve a Política, mais especificamente a Sociologia Eleitoral, como um de seus maiores campos de estudo, juntamente com a Teoria do Estado. Publicou diversos livros, dentre os quais destacamos os títulos “Ensaio de Política Econômica”, “Caracterização da Teoria

* Artigo produzido em sede de iniciação científica sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, no âmbito do projeto “*Potestas Scientiae, Scientia Potestae*; uma investigação do alcance e do impacto da Revista Brasileira de Estudos Políticos”.

** Graduado em Administração Pública pela Escola de Governo “Professor Paulo Neves de Carvalho”, da Fundação João Pinheiro. Acadêmico da Faculdade de Direito da UFMG.

Geral do Estado”, “Política do Município”, “Resumos de Teoria Geral do Estado”, em dois volumes, “Ensaio de Sociologia Eleitoral”, “A Crise dos Partidos Nacionais”, além de inúmeros artigos e outras publicações. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Velloso, já mencionara o pioneirismo da obra de Orlando Carvalho: “os primeiros estudos de ciência política, no Brasil, sob o ponto de vista da sociologia política, do direito político e da filosofia política, foram desenvolvidos por ele”¹. Raul Machado Horta também afirma que “o professor Orlando inaugurou a pesquisa eleitoral, reunindo relatórios sobre eleições federais, estaduais e municipais, em valiosos trabalhos de sociologia eleitoral”². Consta, então, como inegável a relevância deste mestre da UFMG para os estudos de Sociologia Eleitoral, justificando a deferência deste artigo.

Ultrapassando a concepção histórico-descritiva que se limitava a descrever o processo evolutivo dos partidos políticos, Orlando Carvalho prega a aplicação do método comparativo “à luz da lição de Montesquieu, que o empregou (o método comparativo) como instrumento de penetração, para compreender as instituições e não para descrever as melhores”³. Assim, seus estudos são mais que meras descrições de números eleitorais. O Professor Orlando traça caminhos, busca conclusões, para justificar o passado, entender o presente, e contemplar o futuro.

1.2 Revista Brasileira de Estudos Políticos

A Revista Brasileira de Estudos Políticos foi fundada em 1955 por Orlando M. Carvalho. Trata-se de uma publicação semestral somente interrompida com a morte de seu fundador em 1998, sendo relançada em 2003. A importância da Revista pode ser percebida pelos 90 números já publicados, com mais de 600 artigos de autores nacionais e internacionais, atingindo milhares de bibliotecas universitárias em 58 países.

1 - VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Louvor a Orlando Magalhães Carvalho. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.89, p.12, jan./jun. 2004.

2 - HORTA, Raul Machado. “Uma Grande Vida”, em *O Sino do Samuel*, Faculdade de Direito da UFMG, ago., 1998.

3 - CARVALHO, Orlando M. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958. p.15 (Estudos Sociais e Políticos, 1)

A RBEP sempre foi interdisciplinar, percorrendo diversos campos do saber como a Sociologia, a Política, o Direito, a Economia, a História e a Filosofia. Atenta aos desafios de cada época, lançou edições especiais sobre eleições, segurança nacional, reforma do judiciário, reforma agrária, federalismo, entre tantas outras. Sempre foi um periódico de referência nacional e internacional, trazendo em suas páginas, ainda hoje, ensaios instigantes para os diversos pesquisadores das Ciências Humanas.

Este artigo foi idealizado depois da leitura de vários números especiais sobre as eleições, e tem na RBEP sua principal fonte de informações, visando adentrar o tema da Sociologia Eleitoral.

1.3 Definições

Os estudos de Sociologia Eleitoral nacionais têm como linha mestra o estudo dos partidos políticos, seu desenvolvimento anterior, contemporâneo e posterior ao processo eleitoral. Os partidos são considerados peça-chave do nosso sistema eleitoral representativo, tanto em períodos democráticos quanto em períodos de exceção. O eleitorado é outra variável analisada; constantemente iniciam-se estudos de Sociologia Eleitoral com um panorama bem definido do mesmo. Outro pólo de estudos são os candidatos. Saídos do eleitorado, e componentes dos partidos políticos, assumem posição de destaque na análise nacional devido ao personalismo que há tempos impera no sistema político brasileiro. Dadas estas três variáveis básicas, estudam-se as práticas eleitorais, a estrutura ocupacional dos partidos e os resultados dos pleitos, tentando-se chegar a conclusões e perspectivas sobre a evolução política brasileira.

Segundo Baracho⁴, esse gênero de estudos se iniciou na França após a segunda guerra mundial com o trabalho de François Goguel, em 1947, “*Études de Sociologie Électorale*”. Na nomenclatura americana recebeu a designação de *Ecologia Política* no livro de P.H. Howard, sobre as tendências políticas na Louisiana (1812-1952). Estas investigações explicariam as modificações nas atitudes políticas e o surgimento de novas tendências, principalmente a partir de resultados eleitorais.

4 - BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O Projeto Político Brasileiro e as Eleições Nacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.29-145, jul. 1983.

2. Evolução histórica

Passamos em seguida ao estudo de três períodos significativos de nossa história mais recente: a experiência democrática de 1946 a 1964, o período de exceção que se manteve de 1964 a 1985, e a nova República Brasileira que vai de 1985 até os dias atuais. Analisaremos os estudos de Sociologia Eleitoral presentes na Revista Brasileira de Estudos Políticos, sem, contudo, desprezar outras fontes de informações obtidas ao longo da pesquisa, como o livro “Ensaio de Sociologia Eleitoral” do professor Orlando Magalhães Carvalho.

2.1 Período de 1946 a 1964

Após um período antidemocrático capitaneado por Getúlio Vargas, denominado Estado Novo, restaura-se a democracia em 1946. Pelos arts. 1º, 134 e 141, §13, da nova Constituição de 1946, instaura-se uma democracia representativa e pluripartidarista. Antes dela, o Decreto-Lei nº. 7.586, de 28 de maio de 1945, já inova a tradição brasileira instituindo partidos políticos nacionais, rompendo com os modelos anteriores de partidos regionalizados.

Previam-se, então, instituições políticas uniformemente organizadas em todo o território nacional, diferentemente da regra anterior, de máquinas partidárias estaduais que vigeram durante a Primeira República (1889-1930), e da ausência de partidos na maior parte da “Era Vargas” (1930-1945). A estrutura da nova lei eleitoral entrava em choque com a estrutura fática existente, já que os novos partidos seriam compostos pelos antigos políticos com mentalidade política consolidada, cuja tradição era de disputa entre duas facções rivais pelo poder municipal, mas governistas para quaisquer assuntos exteriores ao município - o que denota certa *“artificialidade das sucessivas leis eleitorais, que recobriam sempre a mesma realidade com planos diferentes”*⁵. Os chefes locais não se sentiam comprometidos com os partidos nacionais, e sim com os interesses locais, mudando de um lado para o outro sem dificuldade.

A partir de 1945 o eleitorado se dividiu em quinze partidos na-

5 - CARVALHO, Orlando M. Ensaio..., cit., p.84.

cionais, mas apesar da aparente fragmentação, alguns poucos partidos concentravam a maioria das votações. É o que Orlando Carvalho denomina de “*tendência para os grandes partidos*”⁶. Na eleição para Deputado Federal em Minas Gerais, de 2 de dezembro de 1945, o Partido Social Democrático (PSD) conquistou 46,4% dos votos, a União Democrática Nacional (UDN) 22,0%, o Partido Republicano (PR) 18,5%, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) 7,1%, somando ao todo 94% do eleitorado em apenas quatro partidos. A partir dessa primeira eleição, confrontando com os dados das seguintes, percebemos uma queda do PSD, que chega às eleições para deputado federal de Minas Gerais, de 1950, com 39,0% dos votos, contra uma ascensão da UDN para 29,6% dos votos. Na mesma eleição o PR cai para 11,3% dos votos, e o PTB sobe para 13,1% dos votos. A concentração dos votos nesses quatro partidos – PSD, UDN, PR, PTB – continuou elevada: 93%. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que era o quinto maior partido em representação em 1945 com 2,5% dos votos em Minas e quarto em expressão nacional com 8,8%, foi posto na ilegalidade em 1947, não aparecendo nos dados seguintes.

A diferença básica do cenário mineiro exposto anteriormente e a realidade macro brasileira está na ausência do Partido Social Progressista (PSP) como um dos grandes partidos em Minas. No quadro nacional o PSP representava o quarto maior partido, com cerca de 7,4% do eleitorado nacional nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1958, enquanto o PR atingiu apenas 6,0% dos votos, com mais da metade conseguidos em Minas Gerais, mostrando-se um partido de pouca expressão nacional. Na mesma eleição o PSD conquistou 32,3% dos votos, a UDN 19,9% e o PTB 19,8%.

Constatada a concentração eleitoral nesses quatro partidos, analisa-se agora sua trajetória. O PSD iniciou o período como a maior força e terminou do mesmo modo, mas apresentando desgaste, caindo de uma representação de 42,7% nas eleições federais de 1945 para 32,3% dos votos em 1958. A UDN se manteve em segundo lugar, caindo de uma representação federal de 26,6%, em 1945, para 19,9%, em 1958. O PTB continuou em terceiro lugar, mas quase dobrou sua representação passando de 10% em 1945 para 19,8% em 1958. Em quarto se posi-

6 - Ibid., p.59.

-ciona o PSP que não existia em 1945 e atingiu 7,8% do eleitorado em 1958. O decréscimo do PSD e da UDN pode ser explicado pela urbanização acelerada e pela industrialização. “São partidos que, no âmbito nacional, repousam em elementos conservadores e têm por base de sua força o eleitorado rural”⁷. O crescimento do PTB se explica pelo mesmo motivo, por ser um partido urbano cujas lideranças eram provenientes do artesanato e do comércio de cidades e vilas, e por estar em maior consonância com a movimentação populacional que ocorria no Brasil. A população rural brasileira caiu de 68,7% em 1940 para 58% em 1958, enquanto a votação dos partidos de centro, conservadores (PSD, UDN e PR), caiu de um total de 73,0% em 1945 para 58,2% em 1958, mostrando uma forte correlação entre o aumento da urbanização e da industrialização com a queda dos partidos mais conservadores.

Os pequenos partidos, nas palavras do Professor Orlando, “estão destinados a papel secundário e a atual legislação lhes dá pouca margem de sucesso”⁸. Estariam adstritos a funcionarem como sub-legendas caso alguma cisão acontecesse entre membros do mesmo partido, e também como lançadores de idéias reformistas que, se encontrassem receptividade junto ao eleitorado, seriam incorporadas aos programas dos grandes partidos.

A estrutura ocupacional dos partidos pode nos levar a entender melhor as votações. Desse modo passamos a mostrar alguns dados coletados por Carvalho⁹ em Minas Gerais. O PSD, a UDN e o PR possuíam estrutura ocupacional muito próxima, com mais de 40% de seus quadros ocupados na agricultura e pecuária, e aproximadamente 28% de profissionais do comércio e bancos. “Como partidos de centro, conservadores, chefiados por fazendeiros e comerciantes, na proporção de 70%. São partidos de base rural”¹⁰. Os artesãos e outros pequenos ofícios, característicos das cidades e vilas, representavam apenas 5% destes partidos. O PTB, entretanto, possuía 32% de ocupados com artesanato e pequenos ofícios, 28% com comércio e bancos, e apenas 17% de agricultores e pecuaristas, dando-lhe uma face mais urbana. O PSP era

7 - CARVALHO, Orlando M. Ensaios..., cit., p.99.

8 - CARVALHO, Orlando M. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.8, p.14, abr. 1960.

9 - CARVALHO, Orlando M. Ensaios de Sociologia Eleitoral. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958. 107p. (Estudos Sociais e Políticos, 1)

10 - Ibid., p.93.

intermediário, com 32% de seus quadros no comércio ou bancos, 28% agricultores e pecuaristas e 17% de ocupados no artesanato e pequenos ofícios.

Ao analisar as eleições de 1962, Pompeu de Souza¹¹ critica o instituto das alianças partidárias que surgiu como inovação em 1950. A seu ver estava ocorrendo uma decomposição da estrutura partidária brasileira antes mesmo de os partidos nacionais conquistarem consistência e tradição. Esta posição se confirma pela votação nas alianças, que em 1962 superou a votação dos Quatro Grandes¹². “*O grave de tais alianças é que elas são estritamente eleitorais, ou melhor, eleitoreiras: possuem apenas causa, sem produzirem, nunca, efeito ou consequência. Existem apenas para registro e apuração eleitorais*”¹³. Desse modo, a própria análise da representação política fica prejudicada, ao passo que as coligações variam de Estado para Estado, e a cada eleição não se repetem, denotando um oportunismo casuístico dos partidos. Em 1962, mais de 47% da Câmara Federal foram eleitos por alianças: candidatos pessedistas foram eleitos por udenistas, petebistas por pessepistas, entre outras possibilidades. Pode-se afirmar então que “*os atuais partidos, dentro da atual legislação eleitoral, constituem ficções inteiramente desgarradas da verdade social e política brasileira*”¹⁴.

Alguns apontamentos sobre as práticas eleitorais mineiras que se seguem nos ajudarão a construir o cenário do período em questão. Carvalho¹⁵ explica que os gastos dos partidos eram difíceis de precisar, dada a falta de escrituração de receitas e despesas partidárias. Apesar disso, era sabido que as maiores despesas ficavam por conta dos transportes e alimentação dos eleitores no dia da eleição. A maior parte do eleitorado tinha de ser deslocada da zona rural para votar na cidade, e ainda necessitava de um lugar para passar a noite, que era providenciado nos quartéis¹⁶. A função dos quartéis era manter os eleitores juntos

11 - SOUZA, Pompeu de. Eleições de 1962: Decomposição Partidária e Caminhos da Reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.16, p.7-19, jan. 1964.

12 - Muitos autores ao se referirem ao período utilizam a expressão “Quatro Grandes” para designar os quatro maiores partidos da época, PSD, UDN, PTB e PSP.

13 - SOUZA, Pompeu de. Op. cit. p.9.

14 - Ibid., p.17.

15 - CARVALHO, Orlando M. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958. 107p. (Estudos Sociais e Políticos, 1)

16 - Os quartéis eram a sede dos partidos, ou ainda outros locais alugados, que proporcionavam alimento e diversões para os eleitores.

e arregimentados, prontos para votar no partido que os acolhia. Por sua ingenuidade, constituíam presa fácil dos cabos eleitorais adversários, se permanecessem nas ruas; Carvalho¹⁷ qualifica os quartéis como de influência fundamental e decisiva para o resultado das eleições.

Comícios não eram tantos, pois despertavam mais interesse nos centros urbanos do que junto às populações rurais. Outras espécies de propaganda eram utilizadas, como cartazes¹⁸, boletins e o rádio.

Altos valores também eram gastos pelos partidos com o alistamento dos eleitores. Este trabalho não poderia ser deixado a cargo das autoridades municipais, que não eram isentas, favorecendo o alistamento dos partidários do prefeito e dificultando o dos adversários. As cédulas eleitorais eram distribuídas pelos partidos, já ajuntadas e dobradas, prontas para serem depositadas nas urnas. Esta atividade tinha de ser feita antecipadamente pelos cabos eleitorais, pois a massa do eleitorado não possuía conhecimento nem desembaraço para votar por si própria.

A baixa instrução do eleitorado permitia, ainda, diversas fraudes, sendo a mais comum a troca ou inutilização das cédulas pelos cabos eleitorais no dia da eleição. Muitos casos eram relatados de mulheres que, usando *baton* ou *rouge*, inutilizavam as cédulas eleitorais. Outras vezes, os cabos eleitorais tiravam as cédulas dos bolsos dos eleitores e as trocavam pelas de seu partido. Um outro recurso muitas vezes utilizado pelo partido do governo era valer-se dos recursos da administração para a compra de votos, mobilizando seus funcionários para troca de favores, empregando inclusive a força para coagir o eleitorado.

Ao vislumbrarmos o eleitorado do período percebemos uma maioria de homens e mulheres de instrução elementar, provenientes da zona rural (68,7% em 1940, declinando para 58% em 1958). Tratando com os dados de 1958 recolhidos por Carvalho¹⁹, havia 31 milhões de homens e mulheres com mais de 18 anos, mas somente 13,8 milhões de eleitores. Os 17,2 milhões restantes estavam excluídos da vida política principalmente por não saberem ler nem escrever, levantando à época a questão do voto dos analfabetos. O modelo que poderia ser aplicado

17 - CARVALHO, Orlando M. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958. 107p. (Estudos Sociais e Políticos, 1)

18 - Em regra os cartazes eram destruídos pelos opositores, não constituindo meio de propaganda tão eficaz.

era o do Sudeste Asiático: em países como a Indonésia e o Ceilão, os analfabetos votavam por símbolos, e em Cingapura votavam por cores. Apesar de aventada a idéia, ela não se concretizou.

Analisando todo o período, Souza²⁰ demonstra um incremento do nível cívico do eleitorado, de 1950 para 1962, em que a razão entre o número de votantes e a população eleitoralmente alistável passa de 42,51% para 47,54%. Mas se preocupa com a falta de representação vez dos partidos em face do fenômeno das alianças, propondo uma reforma na lei eleitoral, que se verificou no próximo período, não como ele previa, mas pela conjuntura da tomada de poder pelos militares.

2.2 Período de 1964 a 1985

Os militares brasileiros tomaram o poder em 1964, porém o quadro partidário permaneceu inalterado até 27 de outubro de 1965, data em que foi editado o Ato Institucional nº2, quando, então, pelo art. 18 era declarada a extinção dos partidos políticos. Com o Ato Complementar nº4, de 20 de novembro do mesmo ano, o Governo possibilitou aos membros do Congresso Nacional a iniciativa de criarem organizações com atribuições de partidos políticos. Já no início de 1966 estavam criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A ARENA era o partido do Governo, dos ditos revolucionários vitoriosos do movimento de 64, e o MDB era a oposição, constituída pelos parlamentares dissonantes do Governo. Segundo Menezes²¹ a composição do Congresso logo após a instituição das novas agremiações dava maioria à ARENA, que detinha 63% dos parlamentares, cabendo então ao MDB os 37% restantes. Os congressistas não tiveram alternativa, se enquadrando a favor ou contra o Governo. As querelas estaduais anteriores, em que três ou quatro partidos disputavam o eleitorado cederam lugar a uniões partidárias antes improváveis.

Fleischer²² faz uma análise indicando como se comportaram os

19 - CARVALHO, Orlando M. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.8, p.9-19, abr. 1960.

20 - SOUZA, Pompeu de. Op. cit.

21 - MENEZES, Aderson de. As eleições federais de 1966: a legislação eleitoral e o bi-partidismo nacional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.23/24, p.9-22, jul. 1967, jan. 1968.

antigos partidos no novo esquema bipartidário apesar das cassações de parlamentares promovidas pelos Atos Institucionais nº1 e nº2. A UDN foi o partido mais coeso, pois 90% de seus membros se dirigiram ao partido revolucionário, a ARENA. O PSD dividiu-se mais equilibradamente, 64,5% de seus membros foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. Em posição diametral, o PTB dirigiu 70% de seus quadros para o MDB e os 30% restantes para a ARENA. O PSP, juntamente com o PR e outros menores partidos, se dirigiram para a ARENA.

Além do bipartidarismo, outras inovações ao sistema eleitoral foram trazidas pelo novo regime, como a proibição das alianças e a instituição da cédula única ou oficial. Consoante as novas idéias do período, a vedação das alianças tinha como objetivo criar representações mais verdadeiras, fortalecendo os partidos políticos, apesar de que num sistema bi-partidário seria difícil imaginar o contrário (em tese a legislação permitia uma terceira agremiação). A cédula oficial era uma medida realmente efetiva, disposta a corrigir certos desvios e fraudes acontecidos nas eleições anteriores. Com ela protegiam-se os candidatos e partidos da influência econômica²³ e também os eleitores dos cabos eleitorais²⁴. Apesar disso, nas eleições proporcionais de 1966, as cédulas individuais ainda foram utilizadas, com exceção das capitais dos Estados e das cidades com mais de cem mil habitantes que já experimentaram a cédula única.

Pelo Ato Institucional nº3, de 05 de fevereiro de 1966, as eleições para Governo de Estado passam a ser indiretas. A Constituição de 1967 constitucionaliza as medidas anteriores e dispõe que o Presidente da República seria eleito por um colégio eleitoral, composto pelos parlamentares do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos Estados.

Nas eleições de 1966, tanto para o Senado quanto para a Câmara, a ARENA sagrou-se vitoriosa. No pleito para Senador o MDB só venceu no Acre, Paraíba, Guanabara e Goiás; para a Câmara liderou na Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As eleições de 1970

22 - FLEISCHER, David V. A Evolução do Bipartidarismo no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.51, p.155-185, jul. 1980.

23 - Antes desta medida cada candidato fazia as próprias cédulas, proporcionando aos candidatos de alto poder econômico uma grande vantagem.

24 - Como não havia distinção entre as cédulas, não fazia mais sentido a prática comum de troca ou invalidação de cédulas feita pelos cabos eleitorais no dia da eleição.

traduziram uma derrota ainda maior para o MDB, devido ao “milagre brasileiro” e aos efeitos dissuasivos do Ato Institucional nº5²⁵. Andrade Araújo²⁶ constata, ainda, nas eleições de 1970, um baixo interesse do eleitorado verificado pelo aumento dos votos brancos e nulos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa mineira.

As eleições de 1974 significaram uma grande derrota para a ARENA, que caiu de uma representação de 60,4% no Senado em 1970, para 40,8%. Já o MDB salta de 39,6% para 59,4% em 1974, porém nesta última eleição somente 1/3 dos Senadores foram renovados. Para a Câmara dos Deputados a ARENA também caiu, mas mantém a liderança com 51,9% dos votos. Navarro de Britto²⁷ equipara esta queda da ARENA à dos partidos conservadores no período anterior, em que o PTB ascendia paralelamente. Também justifica o movimento por uma industrialização e urbanização²⁸ cada vez maiores no país, aliado a um eleitorado mais jovem e consciente de sua ausência nas grandes decisões nacionais.

O Governo Militar decidiu tomar uma série de medidas para frear o avanço do MDB nas eleições de 1978; a Lei Falcão²⁹, de 1976, foi uma delas. Do chamado Pacote de Abril, Navarro de Britto³⁰ destaca as modificações feitas pela Emenda Constitucional nº8 de 1977, que dispunha sobre eleições indiretas para 1/3 do Senado pelas Assembleias Legislativas dos Estados, o que, segundo as previsões do próprio Governo, lhe daria 21 senadores indiretos. A base de cálculo para a representação da Câmara também foi modificada pela mesma Emenda: antes era proporcional ao número de eleitores, agora passava a ser proporcional ao número de habitantes. Esta precaução foi tomada para

25 - Aumentou os poderes discricionários do regime, censurou os meios de comunicação, cassou mandatos, suspendeu direitos políticos e cerceou direitos individuais. É considerado a mais dura medida do Governo Militar.

26 - ANDRADE ARAÚJO, Aloízio G. de. As Eleições Legislativas de 1978. II – As eleições em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.51, p.37-70, jul. 1980.

27 - NAVARRO DE BRITTO, Luiz. As Eleições Legislativas de 1978. I – As eleições nacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.51, p.7-35, jul. 1980.

28 - As maiores vitórias do MDB se concentravam nos centros urbanos, locais de maior inconformismo.

29 - Esta Lei impediu o debate político nos meios de comunicação.

30 - NAVARRO DE BRITTO, Luiz. As Eleições de Novembro e suas Conseqüências. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.147-164, jul. 1983

dar maior representação aos Estados menos desenvolvidos, que tendiam a votar com a ARENA. A terceira medida da Emenda também atingiu a Câmara, estabelecendo um limite mínimo de 6 deputados por Estado e um máximo de 55 deputados. A intenção era privilegiar os Estados menores das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, tidos como arenistas, e ainda sub-representar os Estados maiores como São Paulo, foco emedebista. Dos resultados do pleito de 1978 inferimos que a aceleração do crescimento do MDB fora contida, ensejando um equilíbrio entre os dois partidos.

A estrutura ocupacional dos deputados federais é evidenciada no estudo de Fleischer³¹; dela extraímos que a ARENA é o partido com uma base agrária ainda forte, 13,2%, seguido pela área de comércio, bancos e finanças com 12,7% e professores com 12,7%, igualmente. O MDB por sua vez possui mais quadros de juizes e advogados, que representam 17,8%, seguidos dos professores com 15,3% e da área de comércio, bancos e finanças, com 13,4%. O setor agrícola, por sua vez, representava apenas 4,4% da bancada emedebista. O quadro de Minas Gerais destoava um pouco do nacional dadas as raízes agrárias do interior. A ARENA mineira conta com 22,2% de representação agrária, seguida por 17,5% de juizes e advogados, e 12,7% de professores, enquanto o MDB mineiro conta com 22,9% de deputados federais da área de comércio, bancos e finanças, seguidos de 14,3% de juizes e advogados, e apenas 2,9% de agricultores. Este cenário reforça o argumento da maior força do MDB nos centros urbanos e da ARENA no meio rural.

Em 1979, dentro de um processo de distensão do Regime Militar, foi extinto o Ato Institucional nº5 e promulgada a Lei da Anistia. No mesmo ano, pela Lei 6.767, foram também extintos a ARENA e o MDB, que perduraram por 14 anos, abrindo espaço para a criação de novos partidos com um retorno ao multipartidarismo. Seis novos partidos foram então criados: Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP)³², Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Até 1982 estes partidos buscaram suas identidades para projetar uma imagem distintiva para o eleitorado.

31 - FLEISCHER, David V. Op. cit.

32 - O PP se fundiu ao PMDB antes das eleições de 1982.

Baracho³³ propõe a seguinte caracterização dos partidos: O PDS teve seu contingente vindo da ARENA, era o partido do Governo; o PMDB era formado por uma frente de liberais, conservadores, reformistas, esquerdistas e descontentes; o PDT tinha sua maior expressão no Rio de Janeiro com a presença de Brizola; o PTB provinha de antigos grupos trabalhistas, mas sua desunião diminuiu sua expressão; o PT atraía o novo sindicalismo, a pastoral operária e as comunidades de base.

A nova legislação política ainda incluía “*exigências legais para organização, registro e representação de partidos; vinculação total de votos e supressão de voto de legenda*”³⁴. Dentre as exigências legais que os partidos teriam de cumprir destacamos a votação mínima nacional (5%) e por Estado (3% em pelo menos nove Estados). A vinculação dos votos de vereador a senador também dificultava a afirmação dos pequenos partidos, e a proibição do voto de legenda prejudicava a todos, pois não enfatizava a imagem dos partidos novos, que precisava ser consolidada, e sim dos candidatos. A Emenda Constitucional n°15, de 1980, trazia outra inovação para a eleição de 1982, restabelecendo o sistema de voto direto para Governador de Estado.

O quadro que se forma para as eleições de 1982 contém um partido governista (PDS) e quatro opositores (PMDB, PDT, PTB, PT). Os resultados ficaram assim definidos: PDS com 46 senadores, 235 deputados federais e 13 governadores³⁵; PMDB com 21 senadores, 200 deputados federais e 9 governadores³⁶; PDT com 1 senador, 23 deputados federais e 1 governador³⁷; PTB com nenhum senador, 13 deputados federais e nenhum governador; PT com 1 senador, 8 deputados federais e nenhum governador. Segundo Porto³⁸ o PDT obteve 4,9% dos votos à Câmara, o PTB 3,77% e o PT 3,01%, não atingindo as exi-

33 - BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O Projeto Político Brasileiro e as Eleições Nacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.29-145, jul. 1983.

34 - LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Continuidade e Mudança: Partidos e Eleições no Brasil Contemporâneo*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.25, p.7, abr. 1984

35 - Estados: Sergipe, Maranhão, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí, Mato Grosso, Pernambuco, Santa Catarina, Alagoas e Rio Grande do Sul.

36 - Estados: Goiás, Espírito Santo, Paraná, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, Minas Gerais, São Paulo e Acre.

37 - Estado: Rio de Janeiro.

38 - PORTO, Walter da Costa. Partidos, Programas e as Eleições de 82. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.165-179, jul. 1983.

-gências legais do mínimo de votos. Apesar disso, não foram extintos. A Emenda Constitucional nº22, que introduziu o art. 217 na Constituição, alterou para 1986 o início da vigência das exigências mínimas de votos.

É importante perceber que apesar de vitorioso o PDS, este não conseguiu maioria absoluta na Câmara, que era de 240 deputados, faltando-lhe cinco votos. Não se verificou, no entanto, uma formação de bloco pela oposição. Ao contrário, o PTB resistia em se aproximar do PT e do PDT, facilitando as vitórias do governo. No Senado não havia preocupações, o PDS dominava 2/3 das cadeiras.

Um esforço de análise interessante feito por Rios³⁹ é a percepção de que os Estados oposicionistas concentravam 75,2% do Produto Interno Bruto, 58,5% do território nacional, 66,2% da população urbana e recolhiam 70,5% dos tributos federais. Isto poderia implicar um maior poder de barganha pelos governadores oposicionistas, que não se verificou, pelo regime centralizador que deixava os Estados numa posição de dependência muito forte do Governo Federal.

Em relação ao Colégio Eleitoral que viria a eleger o Presidente em 1985, o Governo conseguiu conquistar a maioria, com 358 delegados, contra 328 oposicionistas. Apesar disso a sucessão do General Figueiredo não seria tranqüila. No final de 1983 foi lançada a campanha das *Diretas Já*, de forte mobilização popular, que pedia eleições diretas para a Presidência da República. Concomitantemente, tramitava no Congresso a Emenda Dante de Oliveira, uma reforma constitucional que restabeleceria o voto direto para Presidente. O impacto do movimento fez com que parlamentares do PDS passassem a divergir do governo, que bloquearia a Emenda na Câmara. De fato, o projeto perdeu por 22 votos, apesar de 55 pedessistas terem votado com a oposição. Segundo Kinzo⁴⁰, outro fator de desestabilização do PDS foi a figura de Paulo Maluf: sua ascensão política foi acompanhada de forte rejeição a seus métodos. Disputando a indicação do PDS com outros dois colegas de partido, Mário Andreazza e Aureliano Chaves, Maluf sagrou-se vitorioso. Ao mesmo tempo, o grupo dissidente criou a Frente Liberal,

39 - RIOS, José Arthur. As Eleições de 82 e os Pequenos Partidos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.187-216, jul. 1983.

40 - KINZO, Maria D'Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993. 121p. (Série Pesquisas)

posteriormente Partido da Frente Liberal (PFL), já em consonância com a candidatura de Tancredo Neves pelo PMDB. José Sarney sai do PDS para compor com Tancredo no PMDB, que, apoiado pela Frente Liberal, seria imbatível no Colégio Eleitoral. Após 21 anos de Governo Militar, o civil Tancredo Neves é eleito pelo Colégio Eleitoral por 480 votos a favor, contra 180 de Paulo Maluf e 26 abstenções.

Rios⁴¹ analisa o eleitorado do período percebendo um incremento no nível cívico do país, com a conscientização das massas e o inconformismo orientado pelas oposições, e ainda devido à diminuição do percentual de analfabetos. Em 1970 o eleitorado era de quase 29 milhões, passando a mais de 58 milhões em 1982, atingindo 51,7% da população em idade de votar.

2.3 Período de 1985 aos dias atuais

Lamentavelmente o período que se segue não foi estudado do ponto de vista eleitoral pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, nossa maior base de pesquisa até então. Desta maneira, buscamos outras fontes⁴² que nos pudessem esclarecer o quadro político eleitoral dos últimos vinte anos.

Eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985, Tancredo Neves morre antes de assumir a Presidência da República. Em seu lugar governou José Sarney, também peemedebista, há pouco tempo filiado ao PDS, e com ligações estreitas com o PFL.

Nas eleições de 1986 o quadro partidário é diversificado⁴³, mas com exceção do PFL, os novos partidos não atingem grande expressão. O PMDB se mostra como a maior força do cenário nacional, con

41 - RIOS, José Arthur. Op. cit.

42 - *Banco de Dados Políticos das Américas*. (1999) Brazil: Resultados Eleitorais / Electoral Results [Internet]. Georgetown University e Organização dos Estados Americanos. Em: <http://www.georgetown.edu/pdba/Elecdata/Brazil/brazil.html>. Acesso em 21 ago. 2005. *Tribunal Superior Eleitoral*. Análise de desempenho eleitoral dos partidos para deputado federal no país. Em: <http://www.tse.gov.br/partidos/desempenho/depPart/index.html> Acesso em 22 ago. 2005

43 - Novos partidos: PFL – Partido da Frente Liberal; PL – Partido Liberal; PDC – Partido Democrata Cristão; PSB – Partido Socialista Brasileiro; PCB – Partido Comunista Brasileiro; PC do B – Partido Comunista do Brasil. Sua criação foi possibilitada pela Emenda Constitucional de 10 de maio de 1985 que abrandou as exigências para registro dos partidos e extinguiu a fidelidade partidária.

quistando 48,1% dos votos para a Câmara Federal, em parte devido ao sucesso momentâneo do Plano Cruzado. O PFL (dissidência do PDS) atinge 17,7%, o PDS 7,8%, o PT 6,9%, o PDT 6,5%, e o PTB 4,5%. Os partidos restantes atingem 8,5% dos votos à Câmara. Em 1987 ocorrem eleições para o Senado, com o PMDB conquistando 47 lugares, contra 17 do PFL, 5 do PDS, 2 do PDT, 2 do PDC, 1 do PTB e 1 do PSB. O quadro das eleições de 1986/87 mostra apenas 1 partido de primeira grandeza com capacidade governativa, o PMDB. PFL e PDS, outrora unidos, estariam num segundo plano distante, e o restante dos partidos mais distantes ainda, com pouca expressão.

Sob este cenário o Congresso ganha poderes constituintes e produz afinal a Constituição de 5 de outubro de 1988. A nova Constituição restabelece as eleições diretas para a Presidência da República e faculta aos jovens de 16 anos completos o voto, sendo obrigatório aos maiores de 18.

O quadro partidário anterior às eleições para presidente em 1989 se fragmenta ainda mais, chegando o pleito a ter 24 candidatos. O vencedor foi Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), denominado Partido da Juventude (PJ) até as vésperas da sucessão de Sarney. O PRN possuía um perfil ideológico indefinido, mas tinha um objetivo claro, ou seja, viabilizar a candidatura de Collor, apoiando-se na propaganda eleitoral gratuita de rádio e televisão. Sua vitória é, em muito, atribuída aos meios de comunicação. A televisão passaria a ser o maior cabo eleitoral daí em diante, podendo fazer e destruir candidatos. De acordo com Kinzo⁴⁴ a pouca expressividade do PMDB na eleição majoritária, 4,43% dos votos, com Ulisses Guimarães terminando em sétimo colocado, se deve principalmente ao desgaste da administração do governo Sarney.

A partir do Banco de Dados Políticos das Américas⁴⁵, reconstruímos a eleição de 1990 para a Câmara dos Deputados, resultados estes que traduziram uma queda do PMDB, que recebeu cerca de 20% dos votos, mas conservou-se ainda como o maior partido nacional, com 108 cadeiras. O PFL se manteve na segunda colocação em representatividade, com aproximadamente 13% dos votos e 83 deputados. O PT, apesar de ter conseguido o terceiro maior número de votos, com 10,2%,

44 - KINZO, Maria D'Alva G. Op. cit.

45 - *Banco de Dados Políticos das Américas*. Op. cit.

fica somente com a oitava bancada, com 35 deputados, explicada pela distorção do sistema proporcional em que, para se eleger um deputado num Estado menor, são necessários menos votos, e o eleitorado petista se encontrava nos Estados mais populosos. PDT, PDS, PRN, PSDB⁴⁶ e PTB conquistaram bancadas próximas, sendo de 46, 42, 40, 38 e 38 cadeiras, respectivamente.

Em 1992 temos o impeachment do Presidente Collor, assumindo em seu lugar o vice Itamar Franco. A partir deste momento o PRN, que teve uma ascensão vertiginosa, cai da mesma maneira, perdendo a maioria de seus parlamentares até mudar de nome para Partido Trabalhista Cristão (PTC), continuando um pequeno partido.

Em 1993 acontece o plebiscito previsto pela Constituição Federal para escolha da forma (República ou Monarquia Constitucional) e sistema de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo). O regime republicano foi escolhido por 66% dos votantes e o sistema presidencialista selecionado por 55% dos eleitores.

As eleições de 1994 marcam a ascensão do PSDB ao rol dos grandes partidos. Além de conquistar a Presidência com Fernando Henrique Cardoso derrotando Lula (PT), consegue a terceira maior bancada da Câmara, perdendo apenas para o PMDB e o PFL. Os partidos que se destacam como de segunda grandeza são PT, PPR⁴⁷, PDT, PP⁴⁸, PTB. Mais uma vez nota-se a distorção da representação proporcional ao se analisar que o PFL conquistou 5.873.370 de votos e ficou representado por 89 deputados, enquanto o PT atingiu 5.859.347 de votos, mas apenas 49 cadeiras. Questiona-se aqui a representatividade da Câmara dos Deputados, a chamada Câmara do Povo, em que os maiores Estados ficam sub-representados e os menores super-representados.

A urna eletrônica foi lançada para as eleições de 1996, consolidando-se a partir daí como um instrumento que trazia celeridade ao sistema eleitoral nacional, tanto no momento do voto quanto no da apuração. Era, ainda, um excelente mecanismo para evitar as fraudes que ocorriam com as cédulas de papel. Com certeza foi um avanço marcante do perí-

46 - O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu em 1988 como uma dissidência centro-esquerdista do PMDB.

47 - PPR - Partido Progressista Reformador, nova denominação do PDS.

48 - O PP surgiu da fusão do PST (Partido Social Trabalhista) com o Partido Trabalhista Renovador (PTR), ambos da base de sustentação do Governo Collor.

odo.

Em 1997, é aprovada a Emenda Constitucional nº16 permitindo a reeleição para a Presidência da República. No ano seguinte, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) derrota Lula (PT) pela segunda vez. Nas eleições parlamentares de 1998, o PMDB mantém-se como a maior bancada no Senado, mas perde o *status* de maior partido nacional, conquistando apenas a terceira maior bancada da Câmara com 83 deputados. É, então, suplantado pelo PFL e PSDB, com 105 e 99 deputados respectivamente. O PPB⁴⁹ chega a 60 cadeiras, seguido pelo PT com 58 e PTB com 31. A todos os outros partidos se distribuem as 52 cadeiras restantes.

Segundo estudos do Tribunal Superior Eleitoral⁵⁰ as eleições de 2002 foram disputadas por 30 partidos, mas somente 19 conseguiram algum representante na Câmara Federal. O PT conquistou a maior bancada com 91 deputados, seguido pelo PFL com 84, PMDB com 74, e PSDB com 71, considerados os “Quatro Grandes”⁵¹ da atualidade. O PPB ficou numa posição intermediária com 49 cadeiras, e na banda de baixo PL, PTB, PSB, e PDT elegeram respectivamente 26, 26, 22 e 21 deputados. Para o Senado o PMDB se manteve como a maior bancada, com 20 cadeiras, o PFL ficou com 18, seguido pelo PT com 14 e PSDB com 12 senadores. Mais cinco partidos entraram no Senado (PDT e PTB, com 4 representantes cada um, e PSB, PL, PPS⁵², com 3 representantes, respectivamente).

Ainda de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral⁵³, constatamos que o aumento da população compreendido entre 1988 e 2000, percentualmente, foi menor que o incremento do eleitorado no mesmo período. Enquanto a população cresceu cerca de 20%, o eleitorado chegou a aumentar 30%. Imputamos este fato a um envelhecimento da população, confirmado pelas estatísticas do IBGE⁵⁴, que mostram que a população de jovens de até 14 anos diminuiu de 38,2%

49 - O PPB, Partido Progressista Brasileiro, resultou da união do PPR com o PP.

50 - *Tribunal Superior Eleitoral*. Op. cit.

51 - Referência aos Quatro Grandes da 4ª República Brasileira, PSD, UDN, PTB e PSP.

52 - O PPS, Partido Popular Socialista, surgiu em 1992 da mudança de nome do PCB. Os insatisfeitos com a decisão refundaram o PCB no ano seguinte.

53 - *Tribunal Superior Eleitoral*. Op. cit.

54 - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Sensos Demográficos / Séries Históricas. Em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 23 ago. 2005.

em 1980, para 34,7% em 1991, chegando em 2000 com 29,8% apenas. Em 1998 ocorre um fato inédito no Brasil, ou seja, o número de eleitoras ultrapassa o de eleitores, chegando em 2002 a uma diferença superior a dois milhões, para o sexo feminino. Isto deveria implicar maiores ganhos políticos para as mulheres, mas Anastasia⁵⁵ demonstra o contrário. Na mesma eleição de 2002 as mulheres ocuparam apenas 8,6% da Câmara, sendo, ainda, considerado um grupo que dispõe de menores recursos políticos.

Analisando as eleições parlamentares no período compreendido entre 1986 e 2002, descrevemos algumas trajetórias dos partidos mais importantes. Primeiramente o PMDB, surgido diretamente do MDB, dominou o cenário político sozinho até 1990, quando começou a perder espaço, mas ainda hoje mantém-se como um dos grandes partidos nacionais. O PFL, dissidência do PDS (ex-ARENA) fundado em 1985, foi crescendo como partido de direita, entre os conservadores, atingindo o status de grande partido a partir de 1990 e aí se mantendo. O PSDB surgiu em 1988 como uma cizânia do PMDB, então mais à esquerda, em 1994 se consolida como grande partido com a terceira maior bancada da Câmara, fazendo o Presidente da República por duas vezes, permanecendo até os dias de hoje como um grande partido nacional. O PT teve uma ascensão mais demorada, foi criado em 1979 e considerava-se defensor da esquerda e dos trabalhadores. Em 1994 e 98 atinge status de partido médio, mas aproximando-se do centro e suavizando sua imagem, chega a 2002 como o maior partido na Câmara e faz o Presidente da República derrotando o candidato do PSDB, José Serra.

Além desses quatro partidos, ainda cabe mencionar a trajetória do PDS, antes ARENA, que foi se desintegrando, e em 1993 muda de nome para Partido Progressista Reformador (PPR), após a fusão com o Partido Democrata Cristão (PDC). Recupera fôlego com a estratégia malufista de arrebanhar parlamentares, mas cai de novo, unindo-se ao PP e mudando de nome para Partido Progressista Brasileiro (PPB), hoje Partido Progressista (PP), considerado um partido médio. O PDT sempre esteve ligado à figura de Brizola. Forte nos Estados

55 - ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; [São Paulo] Fundação Unesp, 2004. 208p.

do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, não conseguiu, entretanto, se alçar a partido de primeira grandeza, sendo hoje um pequeno partido. O PTB de 1981 não conseguiu grande destaque, conservando-se como um partido médio, tendo-se beneficiado em 2002 com grande número de adesões por fazer parte do Governo Lula. O PL nasceu em 1985 como dissidência do PFL e seguiu como pequeno partido, atingindo em 2002 o status de partido médio por se aliar ao PT. PPS, PSB e PC do B são considerados hoje como pequenos partidos de esquerda.

O biênio 2005/06 com certeza influenciará os próximos pleitos que se seguirão. A atual crise política não atinge só o PT. Este, dilacerado pela corrupção, lembra os grandes partidos comunistas europeus que ruíram. As próprias instituições democráticas estão em risco, o regime presidencialista e sua representação parlamentar são questionados. A descrença impera na população, que está ávida por soluções que, ao que parece, ninguém está disposto a dar. A conjuntura que se forma não é favorável a um regime militar, pois lhe faltaria apoio internacional, e interno, dado que as cicatrizes deixadas pelo último período de exceção ainda não desapareceram por completo. Uma liderança carismática que pudesse capitalizar o descontentamento popular também não é vista no horizonte político de hoje, ainda que Garotinho (ex-PDT, ex-PSB, ora PMDB) ambicionasse capitanear apoios para desempenhar esse papel. O próprio Lula, “traído” por seus companheiros, se lança numa tentativa pela reeleição, beneficiado pela falta de alternativas viáveis e tendo a seu favor o assistencialismo da máquina pública. O PSDB, após muita disputa interna, lança Geraldo Alckmin, que segundo pesquisas, tem bom desempenho entre os mais abastados, mas não consegue penetrar no eleitorado carente. Heloísa Helena do PSOL (dissidência do PT) com discurso repaginado ganha simpatia, mas seu radicalismo esquerdista ainda edifica uma barreira a um maior crescimento eleitoral. Neste cenário de falta de perspectiva e descrença generalizada, não é muito difícil fazer ilações sobre a quem caberá desempenhar o papel de maior comandante da nação, resta saber se este terá apoio parlamentar suficiente para conseguir governar, não se entregando à tentação das medidas provisórias.

3. Considerações finais

Este artigo tentou apresentar em bases bem sucintas o panorama político eleitoral das últimas seis décadas. Curiosamente, o primeiro

período correspondeu a 18 anos, o segundo período a 21 anos, e estamos completando agora 21 anos de governo civil neste último período, passando também por crises.

Aproveitando o ensejo de uma reforma política que vem sendo discutida na atualidade, queremos deixar duas observações. A coligação de partidos nas eleições proporcionais deveria ser extinta, pois prejudica o eleitorado, que ao votar em um candidato de um determinado partido pode acabar elegendo outro, de partido completamente diferente. O perigo desse tipo de aliança, estritamente eleitoreira, já era percebido por Souza⁵⁶ na Quarta República (1946-1964), como algo que corroía as bases dos partidos políticos e criava bancadas fantasmas, ou seja, não representativas da vontade do eleitorado. Outro ponto importantíssimo que deveria fazer parte do nosso sistema político é a fidelidade partidária. A atual legislação contribui para a perda de identidade dos partidos políticos e a confusão do eleitorado, que percebe através da mídia a movimentação absurda de parlamentares que numa mesma legislatura trocam de partido por até quatro vezes.

Termino este estudo com a sensação de que ainda falta muito para ser estudado, mas que não cabe nos propósitos deste ensaio maior contribuição. Seguindo as palavras do Mestre Orlando M. Carvalho:

“A importância capital dos partidos para a manutenção da democracia no mundo ocidental justifica plenamente a necessidade de se renovar os métodos e os estudos da ciência política entre nós, para que possamos contribuir com o produto de nossas aquisições e de nossa experiência para a perpetuação comum da cultura política contemporânea”.⁵⁷

4. Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; [São Paulo] Fundação Unesp, 2004. 208p.

56 - SOUZA, Pompeu de. Op. cit.

57 - CARVALHO, Orlando M. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958. p.13. (Estudos Sociais e Políticos, 1)

ANDRADE ARAÚJO, Aloízio G. de. As Eleições Legislativas de 1978. II – As eleições em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.51, p.37-70, jul. 1980.

Banco de Dados Políticos das Américas. (1999) Brazil: Resultados Eleitorais / Electoral Results [Internet]. Georgetown University e Organização dos Estados Americanos. Em: <http://www.georgetown.edu/pdba/Elecdata/Brazil/brazil.html>. Acesso em 21 ago. 2005.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O Projeto Político Brasileiro e as Eleições Nacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.29-145, jul. 1983.

CARVALHO, Orlando M. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958. 107p. (Estudos Sociais e Políticos, 1)

_____. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.8, p.9-19, abr. 1960.

_____. Os partidos políticos de Minas Gerais e as eleições de 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.8, p.279-287, abr. 1960.

FLEISCHER, David V. A Evolução do Bipartidarismo no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.51, p.155-185, jul. 1980.

HORTA, Raul Machado. “Uma Grande Vida”, em O Sino do Samuel, Faculdade de Direito da UFMG, ago., 1998.

_____. A Contribuição do Professor Orlando Magalhães Carvalho, Semeador do Saber. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.88, p.7-20, dez. 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sensos Demográficos / Séries Históricas*. Em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 23 ago. 2005.

KINZO, Maria D’Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993. 121p. (Série Pesquisas)

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Continuidade e Mudança: Partidos e Eleições no Brasil Contemporâneo. *Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.25, 32p, abr. 1984.

MENEZES, Aderson de. As eleições federais de 1966: a legislação eleitoral e o bi-partidismo nacional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.23/24, p.9-22, jul. 1967, jan. 1968.

NAVARRO DE BRITTO, Luiz. As Eleições Legislativas de 1978.I–As eleições nacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.51, p.7-35, jul. 1980.

_____. As Eleições de Novembro e suas Conseqüências. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.147-164, jul. 1983.

PORTO, Walter da Costa. Partidos, Programas e as Eleições de 82. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.57, p.165-179, jul. 1983.

SOUZA, Pompeu de. Eleições de 1962: Decomposição Partidária e Caminhos da Reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.16, p.7-19, jan. 1964.

Tribunal Superior Eleitoral. Análise de desempenho eleitoral dos partidos para deputado federal no país. Em: <http://www.tse.gov.br/partidos/desempenho/depPart/index.html> Acesso em 22 ago. 2005

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Louvor a Orlando Magalhães Carvalho. 55, Belo Horizonte, n.89, p.9-16, jan./jun. 2004.

